

1.

Introdução – Rio de Janeiro: entre territórios de cárcere legal e territórios de cárcere ilegal

Violência e Rio de Janeiro. Num rápido exercício mental essa prática e esse espaço podem soar quase que complementares. Interessante é percebermos que num espaço multifacetado e “multivivenciado”, como a metrópole carioca, a violência transita por todos os quinhões do Rio de Janeiro, a ponto de tornar-se uma espécie de insígnia da antiga capital do Brasil. Ao que tudo parece indicar os cariocas estão presenciando a construção de uma nada auspiciosa engenharia do medo e da insegurança.

Estamos diante de uma cidade permanentemente envolvida em questões de (in)segurança pública, cujo medo se manifesta tanto no e pelo espaço como no imaginário da população. Esta simples constatação nos remete ao fato de que a intrínseca correlação entre espaço-violência está profundamente inserida nas questões de primeira ordem da geografia contemporânea.

Neste sentido, no espaço carioca vivencia-se e participa-se, em todas as dimensões, dessa complexa gama de agentes e interações, tornando esse espaço peça fundamental de interesse científico. De uma maneira geral, as ciências sociais vêm tratando do tema violência com bastante atenção proporcionando canais de questionamentos que culminam em amplas arenas de embates políticos, mas que, na maioria das vezes, apenas margeiam o real cerne da questão. A ciência geográfica vem, nos últimos anos, aproximando-se desse tema e assumindo papel relevante nas discussões, revelando-se um importante instrumento de compreensão do quadro da violência. É importante quando Valverde (2003. p. 3) nos alerta que

Assim como a antropologia já o fez há muitos anos, a geografia também precisa continuar a se afastar das visões estritamente funcionais e economicistas, características que ignoravam todos os fenômenos que não poderiam ser mensurados e comprovados em um sentido positivista [...].

Este trabalho tenta romper com as visões e perspectivas euclidianas apontadas pelo autor supracitado, buscando apoio em sustentáculos político-ideológicos afinados com uma geografia política, e preocupado em realizar uma abordagem espacial em consonância com os reais desafios sociais que se impõem à população carioca.

As cidades, de uma maneira geral, são percebidas como locais em que sobressaem sentimentos de inquietude, ansiedade e, em muitos casos, o medo. Todavia é fundamental, de início, deixar bem claro que a difusão do sentimento a que estamos nos referindo não permite que o tomemos como um fenômeno concreto, como se a cidade estivesse sitiada em meio a uma sangrenta guerra civil, isto é, na cidade do Rio de Janeiro a população não vive efetivamente confinada em suas residências amedrontada pelo atual quadro da violência urbana.

Tomé (2004. p. 109) assevera que a cidade, no que tange a

Los peligros y temores, su percepción y manipulación, aportan una clave privilegiada para comprender la ciudad en no pocas de sus facetas esenciales. Desde los comportamientos, la vida cotidiana y las expresiones culturales hasta los proyectos urbanísticos, las formas de crecimiento e incluso la composición interna del espacio urbano. En diverso grado la ciudad traduce o pone en evidencia el influjo de una amplia serie de miedos, cuyo fundamento y consecuencias requieren atención inmediata, pues no pocas veces resultan síntomas de una sociedad enferma.

Quando nos referimos à cidade do Rio de Janeiro dos dias atuais é mais do que comum a recorrência ao sentimento do medo, entendido como uma “estratégia de sobrevivência para alertar uma pessoa sobre possíveis perigos” (ECHEBURÚA 2002. p. 89), ainda que este esteja muitas vezes camuflado como precaução ou prevenção. A construção de uma imagem da cidade perpassa, obrigatoriamente, pelas origens e repercussões socioespaciais do medo. Essa constatação vai ao encontro das palavras de Brito (2004. p. 95) que fala de um “convencimento” por parte das sociedades latino-americanas de que “no existe um refugio para protegernos de la fatalidad que nos viene a violentar, se produce lo que llamamos el miedo urbano.”. Neste sentido, o medo urbano emerge de mãos dadas com a figura da violência, surgindo com diferentes manifestações e intensidades e sendo entendida como sinal fundamental de “desquiciamiento o degradación”. (TOMÉ, 2004. p. 112).

Debruçando-nos sobre o sentimento do medo, acreditamos ser, no mínimo, relevante a sua influência na dinâmica socioespacial carioca. Mongardini (2007. p. 9) ao afirmar que “[...] o medo aparece vinculado a sociedade e produz sociedade” nos faz pensar como o medo parece estar diretamente introjetado na vida cotidiana de qualquer ser vivo, e mais especificamente no caso da população carioca, se faz perceber não só nas atitudes e nos comportamentos previamente pensados e calculados a fim de se evitar riscos de sofrer qualquer forma de violência, como na nítida e expressiva construção do seu espaço. Na cidade do Rio de Janeiro é mais do que comum a manifestação do medo, que, segundo Echeburúa (2002), se faz sentir pela “*evitación*” de situações que podem produzir algum incômodo ou prejuízo, uma vez que “*la evitación produce un alivio inmediato, pero este alivio es de poca duración, cada vez resulta más difícil hacer frente a la conducta temida y el abanico de las situaciones evitada es cada vez mayor.*”, como também ao nível cognitivo “*el miedo se manifiesta en forma de preocupaciones excesivas y persistentes [...]*”.(p. 93/95). Uma das respostas humanas a constante presença do medo é a reiterada aparição da ansiedade, sentimento comum a todos os seres humanos, mas que se converte em problema quando se manifesta em momentos em que não existe perigo real ou persiste mesmo após o fim do perigo. (ECHEBURÚA, 2002. p. 97). Claramente esta passagem pode ser associada ao inédito grau de violência que parece incomodar a muitos dos moradores do Rio de Janeiro, que cada vez mais calculam os riscos, pesam os possíveis prejuízos e tomam as mais variadas atitudes com o intuito de se proteger e, conseqüentemente, sofrem com uma suposta sensação de perigo, de insegurança em muitos locais.

Caminhando nesta mesma direção, Mongardini (2007. p. 48) assinala que “o medo [...] não é somente o produto de um real imediato, mas também do imaginário.”, nos levando a crer que, como afirmamos logo acima, se o espaço carioca é de alguma forma influenciado pelo medo esse mesmo espaço também passa a ser um espaço imaginado, idealizado, mitificado. Enxergando o espaço carioca nesta perspectiva imaterial podemos compreender como o Rio de Janeiro é assomado pelo medo, tornando-se, pelo menos para grande parte da população, um espaço de vivência com a predominância do medo, um espaço construído, experimentado e

vivido a partir deste sentimento. Contudo, não nos parece coerente tomarmos esse raciocínio sem, ao menos, o relativizarmos. Se, por um lado, entendemos que o medo está inscrito na dinâmica socioespacial da cidade, por outro lado, a cidade desenvolve seus próprios ritmos e maneiras de manter o seu funcionamento. As pessoas saem às ruas, vivem e resistem. Ainda que “o medo seja um elemento impossível de eliminar da dinâmica social, que o homem vive umas vezes interiorizando e outras criando novas instituições defensivas.” (MONGARDINI, 2007. p. 11), a cidade do Rio de Janeiro também se encontra, como ocorre em grande parte das cidades pelo mundo, envolvida por uma nebulosa que encobre os reais agentes interessados na prática da violência e evidencia as repercussões socioespaciais dessa prática sob diferentes horizontes espaço-temporais, dessa forma “a sociedade contemporânea recai no medo e se submete ao predomínio da força, que é social e simbólica.” (MONGARDINI, 2007. p. 14/15).

Na “cidade maravilhosa”, o medo é diretamente atribuído aos espaços periféricos, mormente as favelas e os conjuntos habitacionais, símbolos do risco, da insegurança e da marginalidade, “Así la favela pasa a representar el peligro, um área de riesgo elevado, o sea, um espacio social donde se instala y se reproduce de forma ampliada el miedo.”. (LIMA, 2004. p. 84). Para a construção desse panorama é bastante importante o papel exercido pelos meios de comunicação, pois “no solamente los medios actúan en el comportamiento humano alimentando la violencia y elevando los niveles de miedo en la sociedad, sino también nos crean un estado de desconfianza y alarma con respecto a nuestro espacio urbano que se refleja en nuestro paisaje.”. (BRITO, 2004. p. 99).

É necessário assinalarmos uma diferença importante: o medo espontâneo (patológico, como registrado por Echuburúa) e o medo socialmente produzido (ou dirigido). O primeiro, segundo Álvarez (2002, p. 231), se refere a “los que tiene la gente en la práctica de la vida, sin especiales mediaciones por parte de alguna clase social”, é medo da noite, do outro, do futuro, da desordem social, da peste, entre outros (LIMA, 2004. p. 84); já o medo dirigido diz respeito ao medo promovido por uma cultura dominante sob distintas coberturas ideológicas, sejam religiosas ou científicas (Álvarez, 2002. p. 231), como medo pelo fim do mundo e os medos do

demônio, nas sociedades tradicionais e nas sociedades modernas, “en la cultura moderna del miedo, en la sociedad del riesgo también hay miedos latentes, espontáneos y dirigidos, y estos miedos están inscritos en la ciudad, en el espacio urbano. Háblese de una agorafobia.”. (LIMA, 2004. p. 85). Como veremos no transcorrer desse trabalho, a agorafobia, identificada por Lima, parece submeter o espaço público da cidade a uma situação de abandono pelo medo produzido socialmente por um sentimento de insegurança que perturba a ordem cotidiana e enfraquece os possíveis laços de uma solidariedade socioespacial.

Lima (2004), analisando a situação do Rio de Janeiro, faz uma importante ponderação afirmando que

Los valores éticos tales como co-responsabilidad, respecto y solidaridad deben formar parte de una toma de conciencia de que en la ciudad el miedo es inventado y profundizado en vistas a beneficiar algunos de los sectores hegemónicos de la sociedad, ligándose la segregación social y territorial, a partir de una matriz discursiva-ideológica de que toda ciudad es insegura. (p. 85).

Esta intensa interação entre o medo socialmente produzido e o medo espontâneo nos remete a uma aproximação com a abordagem espacial desenvolvida por Lefebvre (1991), quando alerta para a presença simultânea de diferentes “espaços” em total imbricação. Primeiramente, o medo socialmente produzido aparece em estreita correlação com as práticas espaciais (o espaço percebido), uma vez que se “it embodies a close association, within perceived space, between daily reality (daily routine) and urban reality (the routes and networks which link up the places aside for work, ‘private’ life and leisure)” (LEFEBVRE, 1991. p. 38), logo as práticas espaciais são diretamente alteradas pelos sentidos do medo, a cotidianidade altera significativamente a sua conduta em função das demandas da violência; por conseguinte, os espaços de representação (o espaço vivido), entendidos, segundo Lefebvre (1991. p. 39) como o “space as directly lived through its associated images and symbols, [...]. It overlays physical space, making symbolic use of its objects.”, se constroem, nos dias de hoje, tendo como um de seus componentes básicos as sensações de perigo e de medo, em muito atribuídos aos símbolos e imagens divulgados pelos agentes da violência atuantes na cidade, não obstante o espaço

vivido também estimula a multiplicação dessas sensações, materializando-as nas formas de grades, cercas, guaritas etc. Assim, em nosso entender, o espaço vivido se qualifica também como mais um constructo social potencializado pelo medo, em outras palavras, como mais um produto social em consonância com o imperativo da insegurança. Por fim, o espaço concebido (as representações do espaço), visto de cima para baixo, que compreende o “conceptualized space, the space of scientists, planners, urbanists, technocratic subdividers and social engineers [...]”. This is the dominant space in any society (or mode of production).” (LEFEBVRE, 1991. p. 38/39), parece se confundir com o medo socialmente produzido, já que é a partir da concepção do espaço que se observa a (re)produção de um espaço cuja norma central parece ser a de busca por segurança. Portanto, a concepção do espaço atual requer, obrigatoriamente, a consideração das repercussões socioespaciais que o medo é capaz de proporcionar.

É claro que, assim como o próprio Lefebvre (1991) alerta, essa tríade espacial não pode ser vista separadamente, apenas no caso de tipos ideais, em que sua existência e valor como recurso analítico sugerem que sejam entendidas dialeticamente. O mesmo pode-se dizer com relação ao medo socialmente produzido e ao medo patológico, uma vez que as suas manifestações são quase que indiscerníveis, ou, melhor dizendo, caracterizam uma espécie de “híbrido do medo”, em que o medo patológico, instinto básico para a sobrevivência humana, acaba sendo potencializado pelo medo socialmente produzido, consequência negativa do desenvolvimento da violência urbana, manifestado em diferentes dimensões da vida cotidiana, não podendo ser deslocado da percepção, concepção e vivência espaciais.

Viver a cidade do Rio de Janeiro não se restringe apenas a viver com medo, pelo menos durante grande parte do dia. Soma-se a esta situação a brutal fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade (SOUZA, 2006). Este fenômeno é diferente da clássica segregação residencial. À guisa de esclarecimento, vejamos brevemente a distinção entre esses dois processos urbanos. A segregação residencial foi bastante marcante para a constituição do tecido urbano carioca, uma vez que as elites expulsaram, desde o início do século XX, as populações pobres, que moravam em cortiços e casas de cômodos, habitando os arredores do Centro, para os

espaços mais indesejados e longínquos, tema que será mais bem desenvolvido no último capítulo.

Sem, ainda, nos alongarmos demais nesse assunto, é interessante assinalarmos que

Até a década de 70 elas [as favelas] não despertavam grande *medo* na população de suas vizinhanças ou da ‘cidade privilegiada’ como um todo. Eram vistas como incômodas, sim; feias, sim; às vezes até um pouco perigosas (o medo dos pobres e dos de ‘cor’ no imaginário das elites); mas não inspiravam grande temor, muito menos pânico ou histeria. (SOUZA, 2006. p. 468)

Nos dias de hoje é difícil imaginar o espaço da favela como o demonstrado acima. A população carioca “do asfalto” enxerga na favela o seu principal foco de medo e a transforma numa espécie de alvo a ser transformado, ou quiçá eliminado, e, simultaneamente, a população das favelas é estigmatizada, ganhando magnitude a tradicional segregação residencial e socioespacial. Tal processo foi intensificado em meados das décadas de 70 e 80, quando o controle das favelas, enquanto locais abandonados pelo poder público, foi tomado por grupos de traficantes de drogas ilícitas. Hodiernamente, para Souza (2006), estes grupos são representantes “de um fenômeno sem precedentes na história urbana brasileira e ainda sem exato paralelo em outras grandes cidades do mundo contemporâneo”, uma vez que “os traficantes dispõem de armamento pesado e intimidam a própria polícia, que tem medo de adentrar as favelas,” (p. 469). O grande poderio paramilitar atingido pelo narcotráfico afeta a relação entre as diferentes favelas, já que muitas estão sob o domínio de facções rivais, e entre as favelas e o restante da cidade, provocando um agravamento da segregação residencial. Nesse sentido, segundo Souza (2006. p. 474), as favelas foram se “fechando” entre si e em relação com o “asfalto”, fato que vai “contribuindo para algo que, de um ponto de vista sociopolítico, ultrapassa os limites da segregação usual, e merece o nome, apropriadamente, de fragmentação, uma vez que se estabelecem ‘fraturas’ e, até certo ponto, uma notável ruptura com o passado anterior aos anos 80.” Por outro lado, a população “formal”, graças em grande medida ao medo do “mundo favelado”, também se “fechou” nos famosos *condomínios exclusivos*.

Desse modo a organização espacial da cidade apresenta um profundo abismo, em que de um lado se encontram as favelas e do outro lado a população do “asfalto”, como bem nos lembra Valverde (2003. p. 4)

O resultado disso é que a nova imagem da cidade não é a de um conjunto coordenado e articulado, capaz de unir todas as representações sociais sob a esfera do poder legal. Sua imagem é justamente a oposta: a de um espaço compartimentado, formando um mosaico de poder e territorializações¹ superpostos.

É bastante claro que a difusão do medo pela cidade do Rio de Janeiro guarda uma profunda conexão com os atos de violência praticados pelas facções narcotraficantes. Estas facções tiveram origem no seio das instituições prisionais e se espalharam pelas favelas da cidade, construindo uma espécie de “império”, em cuja base está o poder armado e os lucros financeiros obtidos com o comércio varejista de drogas ilícitas. As instituições prisionais – e as unidades de internação de jovens infratores, como se verá mais adiante - exerceram e exercem papel fundamental para a formação das facções narcotraficantes, que apesar das transformações de ordem ideológica e de ordem prática, continuam provocando grandes modificações nas rotinas, condutas e no cotidiano da população. Portanto, o medo que se difunde pelo espaço carioca é produzido pelos símbolos, discursos e atos praticados por todos os membros do tráfico de drogas, colaborando decisivamente para o maior distanciamento socioespacial entre a população carioca.

A breve abordagem da relação medo-espço nos serve como uma valiosa reflexão inicial para as discussões que serão desenvolvidas ao longo deste texto, pois nos mostra o corrente sentimento manifestado pela população carioca, influenciando de maneira multidimensional a vida da cidade. Da mesma forma, ao tratarmos, por enquanto ainda sinteticamente, da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial da cidade, estamos abrindo caminho para a discussão sobre a importância da favela, dos agentes que são a ela diretamente correlacionados para o cotidiano da cidade, assim como do estreito relacionamento favela-“asfalto”, traduzindo uma relação

¹ É válido frisar que o nosso entendimento sobre território/territorialização será devidamente explicitado mais adiante. Para este momento da pesquisa, basta afirmarmos que as territorializações mencionadas fazem referência às diferentes práticas territoriais adotadas pelos diversos grupos sociais, tornando o seu território um “símbolo” de seu poder.

historicamente construída e territorialmente fragmentada. Enxergando, portanto, a cidade do Rio de Janeiro como um híbrido entre diferentes territórios, cujo cerne conceitual acreditamos ser o *controle* em virtude do medo, nos propomos a analisar de que maneira esses territórios se relacionam e resguardam, com intensidades variadas, a manutenção da violência e, conseqüentemente, do medo, ao longo do espaço carioca. Em outras palavras, acreditamos que as unidades prisionais e as de internação, as favelas, os condomínios exclusivos e, até mesmo, o (abandonado) espaço público, ao mesmo tempo em que são produtos e símbolos de uma realidade violenta, acabam por retroalimentar a realidade sociopolítica-espacial que as originou, se qualificando como agentes modificados/modificadores do cotidiano da cidade. Se para alguns viver atrás das grades é uma opção, para outros é uma dívida a ser paga; dívida que pode ter tido como origem uma vida confinada, não por grades, mas por armas e ameaças.

É válido inicialmente, com relação aos territórios prisionais, fazermos uma ressalva referente a diferença entre a unidade de internação e a unidade prisional. Com relação aos institutos para os jovens infratores é importante citar que a função destes, diferentemente da instituição prisional para adultos que “como aparelho de Estado diz respeito à sua capacidade de exercer legitimamente a força e de privar da liberdade um grupo mais ou menos vasto de indivíduos com comportamentos desviantes” (CARVALHO, 2004. p. 1) é a reabilitação do jovem interno, ou seja, a tentativa de re-socializar aquela criança ou adolescente que praticou atos ilícitos; não é por outra razão que tais institutos são também chamados de centros “sócio-educativos”. Ainda que com objetivos diferentes estas duas unidades de clausura possuem um estreito relacionamento. Estudos anteriores, como o censo penitenciário da cidade do Rio de Janeiro de 1989, expõem dados interessante trágicos relacionados à participação das unidades de internação na vida dos presos adultos. Tal estudo revela que 22,5% da população carcerária já passaram por estabelecimentos de assistência à criança e ao adolescente (LINS e SILVA, 1990 apud RIZZINI et al. 1993). Cita-se ainda a pesquisa realizada por Souza (1999) no Complexo Penitenciário de Bangu, na cidade do Rio de Janeiro, em que 34,8% da população carcerária praticou seu primeiro crime entre dezesseis e vinte anos de idade, e 6,5%

com idades até quinze anos; o que sugere que essa significativa parte da população carcerária já esteve sob responsabilidade das unidades de internação para crianças e adolescentes infratores.

Destarte, compreendemos que a cidade do Rio de Janeiro encontra-se imersa num emaranhado de conflitos territoriais, em que os diferentes territórios participam diretamente da edificação e do fortalecimento de diferentes agentes envolvidos, assim como da proliferação das sensações de medo e de insegurança. Portanto não apenas o narcotráfico se nutre desta situação, ganhando corpo e fortalecendo suas estruturas, como o sentimento do medo também cresce, os condomínios exclusivos proliferam e o poder público ganha legitimidade para o enfrentamento armado das forças ilegais.

Seria incorreto não fazermos menção, no que tange à sensação de medo e de insegurança, à atual situação de crianças e adolescentes moradores das ruas da cidade e que, em algumas oportunidades, acabam se tornando infratores da lei. Esses jovens, segundo Figueirêdo (2007), não podem ser considerados *a priori* como criminosos, uma vez que a condição de “desabrigado” não significa que estão em conflito com a lei, ainda que muitos sejam usuários de entorpecentes. Particularmente no Brasil foram criados diversos tipos classificatórios para conceituá-los, sendo o “menor” o mais popular, que derivou para “menor abandonado”, “menor infrator”, “menor marginal”, “menor delinqüente” etc. (FIGUEIRÊDO, 2007). Entretanto a denominação “menor” acabou adquirindo uma conotação estigmatizada, sendo sinônimo de “trombadinhas”, “marginais”, sinalizando de antemão uma visão preconceituosa. Atentos a este alerta preferimos utilizar, segundo sugestão de Figueirêdo (2007), o conceito de criança e adolescente segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente que considera a idade da criança até os 12 anos completos e o de adolescente na faixa dos 12 aos 18 anos.

A seguir destacaremos os objetivos a que esse texto se dedica a alcançar:

- 1- A partir da discussão teórica dos conceitos, tidos como chave, de lugar, escala, rede e território pretendemos esboçar um entendimento espacial das

possíveis articulações reticulares entre instituições totais² e das favelas, evidenciando de que maneira estes espaços se inscrevem integrada e dialeticamente na constituição da dinâmica do narcotráfico.

- 2- Utilizando-nos do instrumento teórico da “Microgeografia”, que será apresentada mais adiante, objetivamos evidenciar o valor teórico de microterritorialidades, analisadas de maneira transescalar e que muitas vezes são marginalizadas em pesquisas científicas.

Para o alcance desses objetivos foram também estipulados dois grupos de questões norteadoras intrinsecamente correlacionadas, que são apresentadas a seguir de maneira separada apenas por motivos de facilitação de compreensão:

A) Nos dias atuais, as favelas, dominadas pelas facções narcotraficantes se transformam em “espaços do cárcere”, tal como as instituições totais? O cerceamento da liberdade, da circulação, das formas de expressão possibilita a configuração de uma “prisão”, em sentido efetivamente simbólico? E a busca por segurança, por parte das elites, não representa um movimento de busca por um “auto-cárcere”?

B) Há alguma correlação entre as territorialidades construídas pelo narcotráfico nas prisões – e nas unidades de internação – com as territorialidades da favela? De que maneira a territorialidade narcotraficante se nutre destas duas diferentes fontes para se impor de maneira tão forte na cidade do Rio de Janeiro? E quais são as consequências socioespaciais provocadas por estas interações territoriais?

Faz-se mister nesse ponto apontarmos de que maneira desejamos alcançar os objetivos previamente delineados.

² Instituição total são prédios em que é dificultada a relação do internado com o mundo exterior, melhor dizendo, nas palavras de Goffman “A instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal [...]. Em nossa sociedade, são as estufas para mudar as pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu” (2003. p. 22).

A base teórico-metodológica adotada é constituída de obras relacionadas às discussões dos conceitos de território e escala, aos territórios de cárcere (i)legal, a constituição espaço-temporal das facções criminosas da cidade do Rio de Janeiro e a atual organização territorial das favelas e a participação da população neste contexto.

Objetivando compreender, primeiramente, a configuração territorial das unidades prisionais e de internação em função das facções do narcotráfico e, posteriormente, como a composição de diferentes territorialidades, atuando em diferentes escalas, interagem para o fortalecimento de uma “narcopolítica”³, criando verdadeiros redutos – as favelas – do poder ilegal, em contraposição a um território de resistência da população das favelas, nos baseamos nas obras de Foucault (2004); Haesbaert (2006); Carlos (1996); Massey (2000); Santos (1988 e 2006); Souza (2006).

Na construção de uma análise geográfica da realidade enclausurada dos internos (adultos ou jovens) é fundamental termos em mente que “as variáveis internas se internalizam, incorporando-se à escala local” e, dialeticamente, “a realidade do externo depende, todavia, do interno. Nenhuma variável externa se integra numa situação, se esta não tem internamente as condições para poder aceitá-la.” (SANTOS, 1988. p. 97). Neste sentido, Santos (2006) ainda afirma que “uma geografia apenas interessada num determinado tipo de objetos (por exemplo, os tecnopólos) ou numa determinada idade dos objetos (por exemplo, os objetos tecnológicos atuais) não seria capaz de dar conta da realidade, que é total e jamais é homogênea.” (p. 97).

³ Em nosso texto utilizamos a expressão “narcopolítica” para designar o papel ativo exercido pelo tráfico de drogas em todas as esferas da cidade, não se restringindo apenas aos seus locais de concentração. São medidas e posicionamentos adotados com o intuito de se firmar e de demonstrar poder perante toda a sociedade. Podemos citar alguns fatos que ilustram a narcopolítica: A utilização de bens privados, como ônibus queimados, para demonstrar um descontentamento com o poder público; a participação e autorização da circulação de motos-táxi kombis e vans para o transporte de pessoas; a organização de cortejos para o enterro de traficantes mortos; a doação de remédios, bujões de gás, entre outras coisas; assim como a participação direta em associações de moradores, impondo determinadas demandas como se fosse em nome dos moradores; ou ainda a prática de uma própria cartilha de conduta, em que qualquer morador desviante pode ser sentenciado a diversas penalidades.

Com base na passagem acima e nas possibilidades de pesquisa que se apresentaram ao autor, optamos por desenvolver nosso estudo com base na chamada pesquisa qualitativa, que é entendida como

Um procedimento que não busca generalizar os resultados que alcança no estudo, criando com isso modelos universais. Conforme Triviños (1987. p. 123), ‘ a pesquisa qualitativa pretende apenas obter generalidades, ideias predominantes, tendências que aparecem mais definidas entre as pessoas que participaram do estudo [...]’.(Gobbi & Pessoa, 2009. p. 487).

Os mesmos autores acreditam que a pesquisa qualitativa seja uma forma de maior e melhor aproximação da realidade, já que “a análise de conteúdo, por sua vez, reduz o risco de enquadrarmos, forçosamente, a realidade em modelos,” uma vez que, “pelo procedimento que adota, permite que questões não suscitadas possam emergir no avanço da pesquisa.” (GOBBI & PESSÔA, 2009. p. 487). Logo, emerge a importância da realização dos trabalhos de campo, que não podem ficar restritos, no tipo de pesquisa que pretendemos desenvolver, na simples coleta de dados. Os trabalhos de campo devem possibilitar o estreitamento da relação entre teoria e prática, permitindo a ascensão de questões e ideias que não haviam sido contempladas durante o período de planejamento, pois é “por meio do trabalho de campo que podemos vivenciar sem intermediários a diversidade humana na sua essência e nos seus dilemas, os problemas e os paradoxos.” (GOBBI & PESSÔA, 2009. p. 505).

Operacionalmente, nosso estudo realizou uma visita à unidade de internação para jovens e adolescentes infratores, a Escola João Luís Alves, na Ilha do Governador, em que foram feitas três entrevistas gravadas em áudio com alguns internos, que cumpriam medida sócio-educativa por algum envolvimento com tráfico de drogas através de questionários semi-estruturados. Esta visita nos serviu, como já apontado acima, para alcançarmos o real de maneira concreta, pois as observações feitas serviram de arcabouço empírico para todas as discussões desenvolvidas. Neste mesmo sentido, as entrevistas apontaram caminhos e elucidaram questões que até então permaneciam “obscuras”, assim como levantaram ideias inquietantes e que também estão contidas neste estudo, mas que ainda não puderam ser cabalmente

esclarecidas. Ainda tratando da operacionalização de nosso estudo, o órgão responsável por administrar estas unidades é o Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas (DEGASE), que nos fez uma série de exigências para liberar nossa visita à unidade. Em princípio estavam acordadas duas visitas, mas, infelizmente, em função da desorganização do DEGASE só foi possível a realização de uma visita. Entretanto acreditamos que nossas experiências em trabalhos anteriores e a visita efetivada se constituem material empírico suficiente para a construção da presente pesquisa.

Propomos-nos a desenvolver nosso estudo a partir do método dialético com o permanente diálogo entre a teoria e a empiria por intermédio da abordagem transescalar – unidades/cidade/unidades/favelas/narcotráfico/unidades. Nesse jogo multiescalar a dialética ocorre entre o particular e as escalas mais gerais num *movimento* do todo social, em que os diferentes espaços/territórios se movem de acordo com as relações parte/todo/parte. Não é de outra forma que concordamos com Abreu (s/d. p. 3) quando escreve que

Se as análises que trabalham as escalas do geral e do particular fornecem elementos balizadores importantes para a circunscrição teórica e conceitual do singular, é o movimento desta última escala que enriquece e sustenta o arcabouço teórico conceitual.

Santos (1988. p. 97), justamente tratando desta relação interno/externo, advoga que “a internalização do externo não se dá de forma arbitrária, mas em lugares específicos, onde podem combinar-se as variáveis internas com as externas. A combinação entre o externo e o interno depende de uma articulação entre essas diferentes variáveis, e daí cria-se um diferente precipitado”, em que, conforme pretendemos demonstrar, permite que os espaços das instituições totais possuam vertentes internas que, ao dialogarem com as externas, propiciem a construção de um espaço (recluso) totalmente peculiar em sua dinâmica, em sua apreensão, e, sobretudo, em sua vivência. A contribuição de Santos ao tratar da relação externo/interno, nos permite compreender que o espaço não pode ser visto apenas de maneira monoescalar, sendo imprescindível a consideração das demais escalas que participam de sua construção, como sabiamente enfatiza Massey (2000).

Ao tratarmos do conceito de lugar é de grande valia, também, a contribuição de Massey, que nos auxilia a compreender, dialeticamente, como o lugar não pode ser tratado de maneira unilateral, visto apenas de dentro, e de forma “monoescalar” (MASSEY, 2000). Neste sentido, os lugares seriam pontos nodais de encontro entre diversas e particulares redes de relações sociais, construídas em escala muito maior do que aquelas delimitadas pelo lugar. Desta mesma forma, o lugar também não possui uma identidade única. A sua identidade deve ser tomada em sentido plural, valorizando as relações com o mundo e a vasta gama de identidades proporcionadas. É indispensável ressaltar que esta situação é característica de diferentes *geometrias do poder*, propostas por Massey (2000) com relação à compressão espaço-tempo identificada por Harvey. As geometrias do poder se referem ao fato de que diferentes grupos sociais têm relacionamentos distintos com o espaço e com as formas de mobilidade existentes. Enquanto umas pessoas são (mais) responsáveis pela mobilidade do que outras, algumas se fixam na extremidade receptora e outras, ainda, são aprisionadas pela mobilidade. As diferentes geometrias do poder correspondem a uma diferenciação social bastante complexa, significando que “a mobilidade e o controle de alguns grupos podem ativamente enfraquecer o de outras pessoas.” (MASSEY, 2000. p. 180). Esta constatação é esclarecedora quando pensamos os grupos de pessoas que estão, por exemplo, confinadas dentro de suas casas nas favelas durante um período de “guerra” entre traficantes e a polícia, enquanto que, ao mesmo tempo, outras parcelas da sociedade observam o fogo cruzado de cima durante uma viagem transoceânica.

Não podemos desconsiderar o fato de que analisamos as unidades de internação e as prisionais como lugar(es), cuja centralidade se concentra na conexão externo-interno e, paralelamente, nos referenciais simbólicos inscritos pelos jovens. O lugar na instituição é encarado como o espaço sentido, vivido e experimentado. Desta forma, nossa análise se coloca na difícil missão de perceber no relacionamento dos jovens internos e dos presos adultos a existência de alguma forma de dotação de sentimento, seja ele de medo, de angústia, de revolta, ou qualquer outro, em relação àquele espaço. Acreditamos que são firmados vínculos relacionais e de sentimentos entre os indivíduos e o espaço da clausura durante o tempo de permanência nas

unidades, vínculos esses que qualificam esse espaço de alguma forma peculiar. Neste sentido, Ana Fani Alessandri Carlos é bastante importante em nosso estudo, pois, segundo ela lugar “é o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.” (CARLOS, 1996. p. 20). Neste contexto, dormitórios, celas, refeitórios e as áreas de livre circulação poderiam ser considerados lugares, desde que os jovens consigam apropriá-los, pela experiência, pelo corpo. Carlos acrescenta que o lugar é a porção do espaço apropriado para a vida por intermédio do corpo, dos sentidos; e, desta forma, “a nossa existência tem uma corporeidade, pois agimos através do corpo. Ele nos dá acesso ao mundo, para Perec é o nó vital, imediato, visto pela sociedade como fonte e suporte de toda a cultura.” (CARLOS, 1996. p. 21).

Acreditamos que o entendimento do lugar deve estar em consonância com as prerrogativas já esboçadas acerca do espaço vivido lefebvriano. Destarte, afirmamos que o lugar observado nas instituições se constitui a partir de complexos simbolismos (visíveis e invisíveis), decodificados por nós ou não, e mantendo uma estreita ligação com o clandestino e/ou o subterrâneo da vida social (LEFEBVRE, 1991. p. 33). Desta forma, a semiologia torna-se uma grande aliada ao tentar dar sentido aos símbolos, ou do narcotráfico, ou da população favelada ou ainda da sociedade “do asfalto”, que se apresentam, se recolhem, se transformam constantemente ao longo de um horizonte espaço-temporal. Os espaços de representação construídos no interior dos nossos focos de análise, portanto, se qualificam como espaços repletos de signos e códigos em intensa metamorfose, transfigurando-se em pistas para a compreensão, ao menos parcial, do movimento de conexão favela-instituição total. Significa que a compreensão deste espaço (reticular), cujo grande fito é alcançar as suas representações, requer a valorização do viés da experiência, que torna palpável e empiricamente consistente as estruturas representativas espaciais.

Prosseguindo em nossa análise, é importante agora tratarmos das unidades prisionais e de internação enquanto territórios de prática do cárcere. Para tanto fazemos referência às considerações de Foucault sobre as “instituições totais”, assim denominadas por Goffman (2003). Estes locais foram constituídos, segundo Foucault,

Fora do aparelho judiciário, quando elaboraram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza (2004, p. 195).

É fundamental salientar, que além da dimensão punitiva a prisão é também instrumento para transformar o indivíduo. A prisão não foi constituída para a privação da liberdade e, posteriormente, seguida de uma função técnica de correção; e, sim, foi, desde seu início, uma “detenção legal” responsável por um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de alteração dos indivíduos que a privação da liberdade permite fazer funcionar no sistema legal. Portanto o encarceramento penal, desde o século XIX, abarcou, ao mesmo tempo, o aprisionamento (para dar fim à liberdade por um determinado período de tempo) e a transformação técnica dos indivíduos (FOUCAULT, 2004).

Ao trabalharmos com os territórios do cárcere estamos irremediavelmente lidando com espaços tomados por relações de poder. Neste sentido, o conceito de território (e territorialidade) nos é muito caro. Tendo em vista o amplo debate que se prolonga em torno deste conceito⁴, optamos por trabalhar com território na perspectiva relacional, não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também no sentido de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, e, justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão e, num sentido mais amplo, temporalidade (Haesbaert, 2006). Em nosso estudo, acreditamos estar trabalhando precisamente com territórios em movimento, fluidos, que se deslocam e se sobrepõem, apoiados num espaço híbrido que integra política, economia e cultura, pois tendo como base esta noção “híbrida” de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir do entrelaçamento de múltiplas relações de poder, desde o mais material ao mais simbólico (HAESBAERT, 2006). Pode parecer paradoxal a ideia de um território fechado ser entendido como território em movimento, marcado por uma

⁴ Haesbaert (2006) nos mostra, com bastante riqueza de detalhes, o amplo debate sobre des-re-territorialização.

fluidez, entretanto acreditamos que o território do cárcere está limitado aos muros apenas em sua versão material, “ganhando liberdade” e se conectando com o restante da cidade através dos símbolos, discursos e de toda a carga imaterial que o compõe. Em suma, o território do cárcere se caracteriza por ser um território descontínuo, como pensa Souza (2006a), ou um território-rede, no pensamento de Haesbaert (2006).

Destarte, os territórios focalizados em nosso estudo, principalmente as favelas e instituições totais, estão assentados sobre uma “malha” reticular que abrange diversos agentes, pontos nodais e fluxos que consegue dar forma ao forte sentimento de medo do carioca: a *narcopolítica*. Acreditamos, portanto, que esta profunda aproximação entre a rede e o território, intensificada pelo recrudescimento da globalização, em que cada vez mais o espaço e sociedade se constroem a partir de fenômenos reticulares, esteja configurando o chamado território-rede (HAESBAERT, 2006). A intensa correlação entre os territórios do narcotráfico e a sua intensa articulação em rede levou Souza (2006a) a sugerir o termo território descontínuo, uma vez que “o processo de constituição de redes de organizações criminosas no Rio de Janeiro (por exemplo) remete à necessidade de se construir uma ponte conceitual entre território em sentido usual (que pressupõe contiguidade espacial) e a rede (onde não há contiguidade espacial: o que há é, em termos abstratos e para efeito de representação gráfica, um conjunto de pontos – nós – conectados entre si por segmentos – arcos – que correspondem aos fluxos que interligam, “costuram” os nós – fluxos de bens, pessoas ou informações –, sendo que os arcos podem ainda indicar elementos infra-estruturais presentes no substrato espacial – p. ex., estradas – que viabilizam fisicamente o deslocamento dos fluxos).

Cabe ainda realçar a preciosa contribuição de Souza (2006) para o debate acerca do complexo relacionamento entre narcotráfico-espaco da favela sob o viés da já mencionada fragmentação do tecido sociopolítico-espacial. Souza evidencia como as favelas se tornaram sinônimos de fortalezas de um “poder paralelo” (ou transversal), em que o poder público tem muito pouca ou nenhuma gerência, nos mostrando que “devido ao processo de territorialização das favelas por parte de traficantes de varejo, a dimensão sociopolítica merece ser posta em primeiro plano.”.

O presente estudo está dividido em três capítulos bastante interconectados. No primeiro capítulo realizamos uma espécie de “arrumação” teórico-conceitual dos conceitos tidos como chave (território, lugar e escala) em nosso estudo para que o leitor tome ciência de nossas escolhas teóricas. Outro conceito bastante importante é o de rede que, entretanto, só será discutido no terceiro capítulo, uma vez que se considerou mais oportuno e mais coerente tecer algumas (breves) considerações acerca deste conceito no momento da discussão sobre o funcionamento das redes de poder ilegais. No segundo capítulo apresentamos, inicialmente, a dinâmica e a estrutura espacial interna das instituições totais, evidenciando a criação das futuras facções do tráfico de drogas (e de armas) na metrópole carioca para, no momento seguinte, expormos nossa proposta de recurso analítico para as pesquisas geográficas em tempos de globalização: a Microgeografia. Por fim, no terceiro capítulo, são desenvolvidas discussões sobre o poder do narcotráfico no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, tentando perceber desde o seu núcleo original espacial fora dos muros dos presídios até as suas repercussões territoriais ao longo dos últimos anos.